

## AUDIÇÃO ORÇAMENTO DE ESTADO 2012

AR, 18 de Novembro de 2011

### COMISSÃO DE AGRICULTURA E MAR

#### Intervenção Inicial (15m)

- Saudações, o gosto de estar na Comissão

- Objetivo desta primeira intervenção:

dar a conhecer as linhas gerais do Ministério no próximo ano, o que passa por dois pontos: i) reestruturação do Ministério e próximas fases “estruturais”; ii) linhas políticas essenciais na construção de um orçamento em tempos de grande consolidação orçamental

i) Qto ao primeiro ponto:

- irei passar rapidamente os slides que são públicos, mas que ainda não tinha tido a oportunidade de os mostrar nesta comissão, e penso que este momento é muito oportuno;

- creio que é importante chamar a atenção para o seguinte: a reestruturação do Ministério é o primeiro passo no emagrecimento de estruturas e redução de número de dirigentes que vai bem além dos objetivos de 15%, mas é o apenas o primeiro passo numa reestruturação que se quer bem mais profunda; no primeiro semestre do próximo ano contamos ter feita a avaliação de todos os procedimentos no sentido da sua simplificação e agilização, porquanto ambicionamos ter um Ministério próximo dos agricultores e a facilitar-lhes a vida; faremos também a revisão do parque imobiliário (atualmente conta com 1900 edifícios) no sentido de obter a sua racionalização. No que respeita ainda à propriedade do Ministério, contamos ter, até ao final deste ano, um levantamento exaustivo das terras passíveis de uso agrícola para as colocarmos à disposição dos agricultores, em especial dos jovens agricultores, com arrendamentos a preços muito moderados.

.....slides reestruturação.....

ii) Qto às linhas políticas essenciais na construção do orçamento de 2012, queria chamar a atenção para o seguinte:

- o orçamento prevê a redução da despesa financiada pelo OE quer no sub-setor Estado quer nos FSA, o que reflete o esforço de consolidação orçamental;

- o orçamento consegue no entanto manter um elevado nível de investimento na agricultura e no mar:

- devo dizer que o orçamento está construído de uma forma prudente de forma a assegurar que não são devolvidas verbas comunitárias: na sua globalidade, o orçamento prevê o aumento da despesa com investimento, o que tem a ver na sua essência com a possibilidade de ser alterada taxa de co-financiamento dos fundos comunitários; contudo, caso tal não se verifique, está prevista no articulado um artigo semelhante ao que existiu este ano e que permite aumentar a despesa nacional com o PRODER em 50 milhões de euros; isto quer dizer que em qualquer cenário pode ser acomodado neste orçamento.

- este ano pela primeira vez serão executados 150 milhões de euros de PRODER e para o ano há a possibilidade de executar igual montante caso o aumento do co-financiamento comunitário não cubra a despesa desses 50 milhões de euros.

- é nossa preocupação utilizar todos os dinheiros disponíveis e não devolver qualquer verba a Bruxelas, muito menos a título de multa. Por isso posso dizer que ontem tinham sido revistas 1.080 mil parcelas agrícolas o que denota todo o imenso esforço do setor, das Associações de Agricultores e do Ministério para fazer em 6 meses o que não foi feito em 7 anos! Estamos no bom caminho!

- é também nossa preocupação este ano, mas também para o próximo, ir pagando a herança pesada de dívidas: esta semana foi possível desbloquear as verbas necessárias

para pagar às OPPs a dívida correspondente a 2010 e ao primeiro trimestre de 2011 e todo o dinheiro que conseguirmos arrecadar em poupanças adicionais no próximo ano será canalizado para regularizar a dívida remanescente; sendo certo que do ponto de vista de política para o futuro quer a questão das medidas veterinárias, quer o SIRCA deverão ter um financiamento alternativo. Também ao nível da dívida dos seguros de colheita estamos a trabalhar para mudar o sistema e ir pagando a dívida que no final deste ano ascenderá a 65 milhões de euros.

- para terminar queria apenas referir que do ponto de vista fiscal e para-fiscal o orçamento reflete a importância que o Governo dá ao setor primário: do ponto de vista fiscal pudemos contar com uma manutenção generalizada do enquadramento do IVA, e devo referir, pela importância e pelo valor simbólico, a manutenção do IVA do vinho na taxa intermédia; e no que toca ao enquadramento para-fiscal, importa sublinhar a alteração que é feita às contribuições dos pescadores no âmbito do Código Contributivo.

## COMISSÃO DE AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PODER LOCAL

### Intervenção Inicial (15m)

- Saudações, o gosto de estar na Comissão

- Objetivo desta primeira intervenção:

dar a conhecer as linhas gerais do Ministério no próximo ano, o que passa por dois pontos: i) reestruturação do Ministério e próximas fases “estruturais”; ii) linhas políticas essenciais na construção de um orçamento em tempos de grande consolidação orçamental

i) Qto ao primeiro ponto:

- irei passar rapidamente os slides que são públicos, mas que ainda não tinha tido a oportunidade de os mostrar nesta comissão, e penso que este momento é muito oportuno;

- creio que é importante chamar a atenção para o seguinte: a reestruturação do Ministério é o primeiro passo no emagrecimento de estruturas e redução de número de dirigentes que vai bem além dos objetivos de 15%, mas é o apenas o primeiro passo numa reestruturação que se quer bem mais profunda; no primeiro semestre do próximo ano contamos ter feita a avaliação de todos os procedimentos no sentido da sua simplificação e agilização, porquanto ambicionamos ter um Ministério próximo dos agricultores e a facilitar-lhes a vida; faremos também a revisão do parque imobiliário (atualmente conta com 1900 edifícios) no sentido de obter a sua racionalização.

ii) Qto às linhas políticas essenciais na construção do orçamento para 2012 queria chamar a atenção para o seguinte:

- o orçamento reflete o corte de despesa fruto dos objetivos de consolidação orçamental;

- o orçamento é realista no que se refere ao investimento, não promete mais do que pode dar: se compararmos o orçamento de investimento alocado à nova APA com as execuções dos orçamentos dos dois últimos anos da APA, do INAG e das ARHs, vemos que o orçamento, em ano tão difícil, cresce. Esta opção reflete a necessidade de

acautelar intervenções no litoral e em áreas críticas no sentido de garantir a segurança de pessoas e bens;

- o orçamento integra pela primeira vez as entidades públicas reclassificadas que são os Polis, pelo que os quadros denotam um muito ligeiro aumento de despesa;

- o orçamento reflete modos alternativos de impulsionar determinadas políticas públicas: é o caso do fundo Jessica no que respeita à reabilitação urbana;

- no âmbito da execução orçamental do próximo ano procuraremos pagar dívidas que infelizmente subsistem: será necessário alocar 6 milhões de euros ao pagamento de dívidas no âmbito dos Polis Cidade – nesse caso iremos absorver cerca de 3,5 milhões de euros da extinção do Arco Ribeirinho Sul e reafetar pequenas partes do capital social dos Polis Litoral para acomodar essas dívidas;

- a nossa opção é muito clara: poupar em despesa corrente para alocar a pagamento de dívidas e a investimento.